

## Abandono das reformas?

CHAPA GOVERNISTA TORNA MAIS EXPLÍCITO UM DIAGNÓSTICO EQUIVOCADO

*Rogério L. Furquim Werneck\**

A escolha da deputada Rita Camata para candidata à vice-presidente apenas tornou mais óbvio o que já vinha sendo notado por observadores mais atentos. O candidato governista vai-se deixando levar por um diagnóstico equivocado do complexo quadro econômico brasileiro, e já não atribui importância à necessidade de levar adiante uma reforma mais ousada do setor público. É só por isto que o candidato se mostra tão à vontade para compartilhar a chapa para a eleição presidencial com uma parlamentar que se destacou, nos últimos anos, por ter votado contra a reforma da previdência, a reforma administrativa, a quebra do monopólio do petróleo, a quebra do monopólio das telecomunicações e, mais recentemente, a flexibilização da CLT. Apesar de ter mostrado desempenho tão lamentável, a nova candidata à vice-presidente está sendo agora embalada para ser vendida aos incautos como heroína da responsabilidade fiscal.

O ponto essencial do diagnóstico equivocado é a idéia de que bastaria uma melhora das contas externas para fazer desabar as taxas de juros e recolocar a economia numa trajetória de crescimento rápido. A expectativa é que, com suficiente “ativismo governamental”, talvez ajudado por algum esforço de reforma na área tributária, se possa acelerar a obtenção da melhora requerida nas contas externas. Retomado o crescimento da economia, o problema fiscal desapareceria. Bastaria que se mantivesse a despesa pública crescendo menos do que a receita. Com a diferença, o governo poderia até financiar uma expansão razoável de gastos sociais. E o importante é que, para manter a despesa agregada do setor público sob controle, bastaria mostrar firmeza. Não seria preciso levar adiante nenhuma das reformas politicamente desgastantes com que o País se debateu nos últimos anos, para tentar controlar o crescimento explosivo do dispêndio público. O que, na verdade, seria mais do que conveniente, já que não exigiria que o novo governo mantivesse base parlamentar tão ampla e complexa como FHC teve de manter por tantos anos.

Seria bom se o problema fosse tão simples. Não é nada claro que basta uma melhora das contas externas para fazer desabar as taxas de juros. O mais provável é que, sem a perspectiva de um quadro fiscal mais sólido, a queda possível de taxa de juros seja bastante limitada. Na verdade, não é difícil perceber que o País ainda enfrenta uma situação fiscal bastante precária. Sem ir mais longe e sem carregar nas cores, basta listar eventos ocorridos nas últimas semanas. Mostram um governo entrincheirado, tentando se defender com unhas e dentes dum vigoroso e amplo assédio fiscal. Há dificuldades para se aprovar a renovação da CPMF. A Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo contestada no Supremo. O Poder Judiciário quer a todo custo se livrar dos limites de gastos que tem sido obrigado a obedecer. Pensionistas do Estado de São Paulo acabam de vencer importante batalha jurídica que deve implicar aumento

substancial dos gastos previdenciários dos governos estaduais nos próximos anos. Governadores tentam lançar mão de depósitos judiciais para bancar gastos com precatórios. E os líderes do governo, num ato quase desesperado, decidiram simplesmente trancar a pauta no Congresso para evitar que seja aprovada uma das várias propostas de aumento de salários do funcionalismo em tramitação no Legislativo. Não chega a ser uma situação fiscal tranqüila. Muito pelo contrário.

Por mais louvável que tenha sido o esforço de ajuste fiscal que teve lugar a partir de 1998, a verdade é que a qualidade do ajuste deixou muito a desejar. Do lado do dispêndio, tendo em vista as restrições constitucionais, os cortes tiveram de seguir a linha de menor resistência e acabaram concentrados em programas que podiam ser cortados, e não necessariamente nos que deveriam ter sido cortados. É verdade que houve também um notável esforço de construção institucional que culminou no novo regime de gestão das contas públicas fundado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas o controle de despesas que acabou sendo politicamente possível vem dando lugar, em todas as esferas de governo, a um inequívoco sentimento de repressão fiscal que precisa ser urgentemente revertido. São cada vez maiores as pressões em favor da expansão de programas de gasto público perfeitamente legítimos. Mas, para que tais pressões possam ser acomodadas, é preciso abrir espaço nos orçamentos dos três níveis de governo, reduzindo-se programas de dispêndio menos defensáveis, boa parte deles ainda protegidos de cortes pela Constituição.

É natural que a Lei de Responsabilidade Fiscal exacerbe esse sentimento de repressão fiscal. A obrigatoriedade do respeito a restrições orçamentárias efetivamente rígidas já vem ampliando as pressões políticas em favor de medidas de alívio. Inclusive porque a maior parte dos Estados e municípios vem enfrentando um quadro de evolução explosiva de encargos previdenciários. A grande questão é que formas de alívio acabarão prevalecendo. É fundamental evitar que a convergência dessas pressões acabe por esgarçar os mecanismos de controle da Lei de Responsabilidade Fiscal. Na medida do possível, o descontentamento com a repressão fiscal deve ser canalizado para reforçar coalizões suprapartidárias capazes de viabilizar a remoção dos entraves legais que ainda protegem de cortes programas de dispêndio absolutamente indefensáveis. Continua cabendo ao governo federal o papel de liderar esse processo e acenar de forma crível com a possibilidade de alívio pelo lado das reformas.

Não adianta alegar que insistir nas reformas é “coisa de quem não conhece o Congresso”. É inegável que assegurar o avanço das reformas é um desafio de enorme complexidade política, como tão bem sabe FHC. Mas não é por isto que se deve dar alento à fantasia de que passou a ser perfeitamente possível dar solidez às contas públicas nos próximos anos, sem desmontar os mecanismos responsáveis pela evolução explosiva de uma parte importante do dispêndio público. Os problemas não costumam desaparecer quando se constata que sua solução é difícil.

---

\* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.